



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO 01/2026 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CGU/MT N° 06/2024

TERMO ADITIVO 01/2026
AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA N° 06/2024, QUE ENTRE
SI CELEBRAM A
CONTROLADORIA-GERAL DA
UNIÃO E O MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PARA OS FINS
QUE ESPECIFICA.

A **CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**, doravante denominada CGU, com sede no SAUS QD 05, Bloco A, Lotes 09 e 10, Asa Sul - Brasília/DF, CEP 70.070-937, inscrita no CNPJ/MF nº 26.664.015/0001-48, neste ato representado pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, o Excelentíssimo Senhor **VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO**, nomeado por meio de Decreto sem número, publicado no Diário Oficial da União em 1º de janeiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 1543354; e

O **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**, doravante referido simplesmente como MT, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, em Brasília/DF, CEP 70.044-900, inscrito no CNPJ/MF nº 37.115.342/0001-67, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**, nomeado por meio de Decreto sem número, publicado no Diário Oficial da União em 1º de janeiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 3321334,

RESOLVEM celebrar o TERMO ADITIVO 01/2026 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CGU/MT N° 06/2024, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 00190.109165/2023-51 (CGU) e do Processo SEI nº 50000.037520/2023-41 (MT), em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 8 de maio de 2025, com fundamento na Cláusula Nona do ACT CGU/MT nº 06/2024 e, ainda, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, nos termos da Cláusula Nona do ACT CGU/MT nº 06/2024 (3098610), **prorrogar** a sua vigência, mantido o objeto originalmente pactuado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o Plano de Trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os

partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste TERMO ADITIVO 01/2026 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CGU/MT N° 06/2024 será de **24 meses**, com início em **31 de janeiro de 2026**, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Acordo de Cooperação Técnica CGU/MT n° 06/2024, naquilo que não forem alteradas por este Primeiro Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pela Controladoria-Geral da União, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura, cabendo aos partícipes, em seguimento, realizar a devida publicação em suas páginas oficiais na internet, observadas as normas aplicáveis.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília, 29 de janeiro de 2026

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

Ministro de Estado dos Transportes



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS MARQUES DE CARVALHO, Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União**, em 29/01/2026, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, Usuário Externo**, em 30/01/2026, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3951174 e o código CRC 4B279CD2

Referência: Processo nº 00190.109165/2023-51

SEI nº 3951174